



Maria Emília Freitas Ferreira¹

Serviço Social e Sociedade, Cumplicidades e Interações: contributos para uma análise da produção académica portuguesa no período de 1936 a 1972

Resumo: O texto analisa a construção do serviço social como profissão em Portugal a partir das monografias de final de curso dos estudantes da área, entre os anos de 1936 e 1972. Orientado pela perspectiva metodológica histórico-crítica, o estudo contextualiza histórica e politicamente a produção, permitindo apreender também a elaboração de um pensamento sobre o social situado em um quadro sociopolítico que revela parte da história social da sociedade portuguesa nesse meio século. A análise revelou que o conteúdo das monografias traduzem opções temáticas e metodológicas reveladoras da linha evolutiva da formação e das preocupações pedagógicas e profissionais, retratando uma época em que ao lado do fortalecimento da ditadura germinaram sementes da liberdade.

Palavras-chaves: Serviço Social em Portugal; História de Portugal; Formação Profissional e Serviço Social

Abstract: The article analyses the social work profession building in Portugal based on student papers produced from 1936 to 1972. Adopting the historical-critical approach, the study connects subjects and issues focused by the papers to the historical and political context of the period which allows following the naissance of a thought on the social. The analyses also reveals how these papers bring off scholar and professional issues. The result is a portrait of an era in which dictatorship does not prevent the germination of freedom seeds.

Key words: Social Work in Portugal; History of Portugal; Professional building and social work.

Introdução

Este trabalho teve na sua origem a dupla intenção de participar na comemoração dos *70 Anos da Formação em Serviço Social em Portugal*¹, analisando e dando visibilidade ao conhecimento produzido até ao 25 de Abril de 1974, e a de

¹ Mestre e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente e diretora da Formação em Serviço Social na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Portugal. Endereço postal: Campo Grande, 376, Lisboa, Portugal, 1749-024. Endereço eletrónico: a.s.maria.ferreira@sapo.pt

² Comemorado com um evento organizado em 2005 pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, numa altura em que prosseguia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo o meu processo de doutoramento. Este texto que, sujeito agora a pequenas alterações, foi publicado na *Revista Intervenção Social* n. 32/43, 2008, ISSS-UL, Lisboa.

homenagear o grupo de assistentes sociais que o produziu. O seu esforço permite agora retomar essa produção como um objeto cujo conteúdo deixou de ter apenas o seu valor intrínseco, mas constitui um contributo para a história do Serviço Social e para o estudo do social em Portugal.

Os trabalhos em análise, situados no arco temporal que vai de 1936 a 1972, fazem parte do acervo da Biblioteca e Centro de Documentação do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL). Intitulados genericamente de *monografias*, eles representaram, durante as décadas em causa, uma exigência no projeto formativo da categoria profissional, mas que não alcançaram visibilidade e reconhecimento no campo científico, situação a que não serão alheias as condições sociais políticas e académicas em que foram produzidos. Apesar disto, estes materiais revelam-se elementos preciosos para a construção histórica da profissão de Serviço Social em Portugal, particularmente no que concerne à construção de um pensamento sobre o social, mas como refletem também as condições e o contexto sociopolítico da sua elaboração. Por isso mesmo, neles plasma, igualmente, parte da história social da sociedade portuguesa nesse meio século. Com efeito, a análise revelou que o seu conteúdo e forma traduzem opções temáticas e metodológicas, reveladoras da linha evolutiva da formação e das preocupações pedagógicas e profissionais, mas retratam também uma época onde cresceu e se impôs a ditadura mas, onde igualmente germinaram sementes da liberdade.

Apesar disto, esta produção permaneceu na Biblioteca do ISSSL sem qualquer tratamento durante várias décadas, até que as mudanças efetuadas ao nível da qualificação académica e do próprio desenvolvimento organizacional permitiram alguma atenção sobre estes materiais. Pese embora este esforço, as monografias não foram ainda objeto de um estudo científico rigoroso, tendo em vista a análise das temáticas desenvolvidas, a sua consistência teórica e o rigor das opções metodológicas².

A opção pela perspectiva histórico-crítica conduziu-me a investigar o produto, mas também o contexto, entendendo-o como parte de um todo, ou seja, foi minha preocupação situar as determinantes sociais, políticas e científicas em presença, considerando “a produção científica do Serviço Social não como um produto cujo valor depende estritamente do seu conteúdo objetivo e valorativo, mas por aquilo que, num sentido simbólico, projeta e representa na e para a profissão” (FERREIRA, 2006, p. 25-27). A sociedade é, nesta concepção, entendida não apenas como o cenário onde se projetam os acontecimentos e as demandas emergentes, mas a determinante das mesmas, sendo por isso que os silenciamentos e omissões temáticas têm também um significado a relevar.

Condicionalismos de tempo e do processo em que o estudo inicial decorreu levaram a situar-me numa perspectiva exploratória, visando a analisar a produção, por meio da análise das variáveis resultantes de um tratamento bibliotecário prévio,

² Cabe fazer aqui uma referência, ao estudo realizado no contexto dos estudos de mestrado em Serviço Social (convênio ISSSL e PUC-SP), em que as monografias situadas no período 1960/1969 constituem uma das fontes primárias apresentadas pelos autores e são elas próprias objeto de uma apresentação breve (Cf. Branco et al, 1992, pag. 78 a 80). Não será ainda esta a ocasião para um estudo de profundidade, ele pretende apenas ser um contributo para a análise dessa produção académica.

abrangendo as categorias *data título* e *autor* a que acrescentei posteriormente a análise da introdução. Certa de que esta opção estabelece limites à análise, é minha convicção de que novas leituras proporcionarão outro nível de conhecimento³.

A análise efetuada deixou antever fragilidades no conteúdo e controvérsia nas formas metodológicas da sua construção, igualmente representativas das condições de produção, no entanto a produção têm o valor e o peso da história, duma história para a qual pode dar contributos válidos, particularmente porque os produtos elaborados constituem por vezes primeiras abordagens sobre questões que as ciências sociais vieram mais tarde a incorporar como seu objeto. As monografias demonstram que os candidatos à profissão de Serviço Social elaboraram pensamento sobre a realidade portuguesa, por meio dos trabalhos que constituem o objeto deste estudo. Temas como *"A vida de um pequeno lavrador"* (1937), *"Inquérito social e econômico à classe piscatória"* (1938), *"Monografia da Covilhã. Estudo de uma família operária da indústria de lanifícios, na fase dolorosa do desemprego"* (1940), *"Aspectos sociais do problema dos cegos em Portugal"* (1946) *"Estudo para um plano de desenvolvimento comunitário em S. Tomé"* (1965), *"Relações Humanas no Trabalho"* (1966), justificam um estudo aprofundado sobre os seus conteúdos pela pertinência que podem revelar do ponto de vista sociológico. Por sua vez *"Serviço Social de caso e liberdade"* (1966) ou *"As obras sociais e o Serviço Social na empresa"* (1967) como ainda *"Influência e poder social. Contributo para a análise psicológica do relacionamento em Serviço Social"* (1971) são temas que representam e penetram nos espaços mais íntimos da profissão, justificando uma incursão aprofundada do seu conteúdo e fundamentação.

Poderemos estar em presença de um conhecimento parcelar e fragmentado, porém, estes limites não invalidam o contributo que o mesmo poderá dar ao mapeamento não apenas do percurso histórico da profissão, mas da própria sociedade na qual as reflexões tiveram lugar e dos problemas que mesmo na intenção obscurantista do Estado Novo (de Portugal) emergiram na força e por força da intervenção do Serviço Social. O que pretendo evidenciar é que, num período social e politicamente complexo em que a ideologia dominante negou espaço às ciências sociais no quadro universitário e no mercado de trabalho, o Serviço Social representou a única formação que tinha o social como objeto de intervenção. E, ainda que tenha sido a intervenção e não a produção de conhecimento a vertente privilegiada como projeto profissional⁴ há conhecimento produzido sobre os objetos (problemáticas e sujeitos da ação), sobre os contextos profissionais (áreas de intervenção e organizações) e, numa fase mais avançada, sobre o próprio fazer profissional e seus fundamentos. Como tal, o conhecimento do material em análise, pode abrir novas possibilidades no estudo do Serviço Social em Portugal, constituindo-se como tal um desafio heurístico.

³ Não inibe o aprofundamento que possa vir a ser feito. Este trabalho é ele próprio já um desenvolvimento duma primeira análise apresentada pela autora no 1º Congresso Nacional de Serviço Social da RNESS (Rede Nacional de Escolas de Serviço Social) em outubro de 2003. Toda a metodologia corresponde a um compromisso entre objeto e objetivos e uma certa forma de fazer a leitura da realidade.

⁴ Primeiramente induzida por exigência do decreto nº 30 135 de 1939 que regulamenta o curso de Serviço Social, cujo preâmbulo é extremamente claro referindo-se à formação como a perspectiva profissional de assegurar "...a satisfação das necessidades de pessoal técnico, tanto para os serviços públicos como para as instituições particulares que, em qualquer forma da sua atividade, se proponham fins de educação e auxílio social."

Considerando a profissão uma construção social, reflexo das dinâmicas internas na (e da) relação com diferentes atores, reflete-se neste trabalho a perspectiva evolutiva da profissão de Serviço Social, tendo em conta os elementos que a estruturam. Nesta dinâmica os projetos profissionais anulam-se, constroem-se ou reconstroem-se em função de forças e poderes presentes no campo, reflexão que se apresenta sob o título – Projeto profissional e produção científica.

No segundo ponto, justificam-se as linhas temáticas que se evidenciam nas monografias e considera-se a posição relativa no universo em estudo. No terceiro ponto, a análise toma e reflete a produção em função das décadas referenciadas e da realidade social e política em que a mesma foi produzida.

1. Projeto Profissional e Produção Científica

Partilho a ideia de que um projeto profissional, que tem a formação como umas das suas dimensões estruturantes, inclui múltiplos atores que dão efetividade à profissão (NETTO, 1999). Negreiros⁵, interpretando o pensamento de Everett Hughes refere que o fenómeno profissional é caracterizado por duas noções essenciais o *diploma* (licença) e o *mandato*, o primeiro corresponde à autorização de exercício da profissão e o segundo refere-se a obrigação de assegurar uma função específica. Sendo ambos “instrumentos fundamentais na divisão do trabalho e na distribuição social das atividades” (NEGREIROS, 1993, p.24), eles atribuem simultaneamente estatuto social e concorrem para a identidade e representação social.

As teorias das profissões apresentam genericamente como atores, os profissionais, o Estado, as universidades e os utilizadores (NEGREIROS, 2005, p. 27). Equacionemos a questão no Serviço Social português, confrontando estes atores numa forma algo diferenciada:

1) Estado: na dupla perspectiva de credenciador regulador e empregador.

“Os Estados são implicados, de forma direta ou indireta, em vários aspectos do percurso das profissões: no ensino, no licenciamento e reconhecimento, na organização, no mercado de trabalho, assim como nas relações entre as profissões” (NEGREIROS, 1993, p. 9). Relativamente ao Serviço Social, enquanto projeto de formação, o Estado assumiu historicamente a função de regulação, em tempo limitado o de subsidiação, mas sempre o de credenciação⁶, dele dependendo a legitimação da formação (nível, conteúdos, instituições formadoras) e a condição e *status* no conjunto das profissões nacionais.

No processo de institucionalização do Serviço Social o Estado assumiu desde os primórdios da profissão o papel de regulador e empregador. Com a reforma de vários serviços, este papel fortaleceu-se como importante impulso à profissão, “Após

⁵ Maria Augusta Negreiros foi, de acordo com uma breve pesquisa bibliográfica que realizei, a autora que em Portugal procurou aplicar ao Serviço Social a teoria das profissões. Sobre o assunto, veja particularmente, Estado e Profissões, in *Intervenção Social* n. 8 pp. 9-33, ISSSL (1993); A construção social de uma profissão: Serviço Social, conflito e mudança, in *Estudos do Serviço Social Brasil e Portugal II* pp. 25-63, São Paulo, EDUC (2005); bem como a sua tese de doutoramento Serviço Social uma profissão em movimento, *A dinâmica académico-profissional no Portugal pós-74*.

⁶ “Embora não se responsabilize directamente pelas escolas, o Estado não deixa, no entanto, de estabelecer os princípios gerais a que as escolas terão que se submeter, os planos de estudo e a fiscalização da formação” (MARTINS, 1999, p. 232)

a implantação do 'Estatuto de Assistência Social' as assistentes sociais veem o campo de trabalho alargar-se com a criação de vários serviços públicos – que preveem no quadro de pessoal a existência destes profissionais, abrindo outras possibilidades e condições para a profissão. O Estado constitui o seu principal empregador." (MARTINS, 1999, p. 378)⁷.

Ainda hoje o campo da assistência social constitui para o Serviço Social um campo privilegiado de inserção profissional (RODRIGUES, 1999, p. 22). E, no pós-25 de Abril, particularmente com a integração na União Europeia, um novo impulso se verificou, com a emergência de novas e mais vastas políticas públicas⁸.

2) A demanda social: a questão social

Qualquer profissão emerge em função de uma demanda social, ou seja ela se dirige a algum tipo de necessidade, com funções e objetivos mais ou menos definidos e acreditados, o que passa pela emissão (simbólica ou material) de um mandato.

À profissão de Serviço Social foram atribuídos no início objetivos higiênicos, morais e intelectuais. As profissionais norteadas pelas "sãs doutrinas" deveriam exercer a sua ação "...junto da fábricas, organizações profissionais, instituições de assistência e de educação coletiva e de obras similares uma ação persistente e metódica de múltiplos objetivos – higiênicos, morais e intelectuais – ..." cujo objetivo se enquadrava nas preocupações de "...elevação do nível de vida da gente portuguesa...". As assistentes sociais são entendidos como profissionais de "apostolado social" que irão intervir junto de "famílias humildes e de restrita cultura, as mais facilmente influenciáveis"⁹.

Assim se vinculou à profissão um diploma carregado de colorações ideológicas e doutrinárias e a um mandato de *regulação e controle social* numa ação persistente e metódica junto daqueles cuja humildade e restrita cultura os torna alvo de *influências nocivas*¹⁰.

As necessidades são construções sociais, ou seja, é no processo de objetivação que elas são socialmente reconhecidas, e hoje as novas e múltiplas expressões da questão social são a "base sócio-histórica da requisição social da profissão" (IAMAMOTO, 1998, p.18). Assim, na medida em estes se alteravam, rebatiam sobre a profissão novas necessidades e estratégias de enfrentamento e, daí a premissa inicial de que a produção em análise reflete não apenas o evoluir da profissão, mas que o contexto (social e político) não é apenas cenário onde se desenrola ação, ele é ator privilegiado e determinante. "Nesta perspectiva as análises de conjuntura – com o foco privilegiado na questão social –, não são apenas *o pano de fundo que emolduram o exercício profissional*; ao contrário são partes constitutivas da configuração

⁷ Estatuto da Assistência Social 1943.

⁸ Nessa altura já com um grande peso de estruturas da sociedade civil, e, muito embora a tendência seja a de alteração deste cenário, creio que o peso ainda penderá para o Estado como empregador principal. Acompanhar os processos de inserção profissional através de processos de pesquisa e observatórios coloca-se como uma necessidade ao conhecimento da profissão.

⁹ Excertos do preâmbulo do decreto-lei nº 30135 de 1939 que regulamenta o curso de Serviço Social. As monografias elaboradas no período que vai da fundação ao final da década de 1940 espelham bem a preocupação com a família, sendo neste período que a produção se concentra na família como objeto monográfico.

¹¹ Alusão velada à influência que os partidos comunistas tinham adquirido numa parte da Europa.

do trabalho do Serviço Social" (IAMAMOTO, 1998, p. 55) pois afeta "as suas condições e relações de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária dos serviços sociais." (IAMAMOTO, 1998, p. 19).

A demanda social materializa-se nas **instituições/organizações**, que a assumem como objeto de intervenção, e consubstancia-se nos **sujeitos** (utentes/destinatários) que a vivenciam, tornando-se ambos, neste processo, fontes de legitimação da profissão. As primeiras por via de "resultantes simbólicas", os segundos "através das resultantes operacionais, dos benefícios usufruídos, mas também dos graus de participação, consciência singular/coletiva, e de autonomia conseguidos" (ANDRADE, 1993, p. 37).

3) A formação: Escolas/Universidades

As dimensões de ensino, investigação e extensão à comunidade

Os projetos profissionais enquanto projetos coletivos consubstanciam-se em modelos acadêmicos, existindo entre ambos uma relação dialética. O processo de formação assume por isso um papel significativo na afirmação das profissões e no reconhecimento do seu estatuto, por meio de um conhecimento formal e de um saber especializado, por meio destes que a profissão se diferencia no campo profissional, se insere no mercado de trabalho, e constrói o seu campo científico.

Na universidade constrói-se a afirma-se o saber na partilha do campo científico, partilha geradora de conflitos, tensões e confronto, mas, simultaneamente, afirmação, reafirmação, conquista, enriquecimento e produção de conhecimento, refletindo as suas estruturas e potencial investigativo.

A universidade, deve ainda, no cumprimento da sua terceira fonte de legitimação, desenvolver ações de extensão e serviço à comunidade, sendo esta uma das mais-valias do Serviço Social, pela sua inserção por meio dos projetos de estágios e parcerias que estabelece com órgãos, nacionais e locais, e agentes da sociedade civil.

Mas, se a profissão é o resultado de processos endógenos, ela constrói-se também nas relações e interações que estabelece com o social e com o meio acadêmico, nos contextos em que emerge e se legitima. A inserção do Serviço Social não se fez na universidade, tendo sido a formação entregue a movimentos e organizações ligados à Igreja Católica. O Serviço Social é assim marcado na sua gênese por uma formação de cariz ideológico e doutrinário e por uma implantação profissional em que predomina o carácter funcional e imediatista das práticas. Esta realidade constituiu condicionantes à ação e limites ao conhecimento, com reflexos também sobre a identidade e representação social que se constroem a partir destas referências.

Hoje, é no âmbito da Universidade, no respeito pela especificidade desta área científica, que o Serviço Social no campo das ciências sociais e humanas deve pugnar pelo reconhecimento do seu saber e do seu fazer, por meio de iniciativas e projetos de pesquisa que tragam ao debate novos objetos científicos (ou novas particularidades dos objetos tradicionais), que ponham em prática opções metodológicas inovadoras que a relação com os sujeitos lhe permite. Daí a "necessária vinculação orgânica com a prática profissional; a garantia de centralidade ao sujeito

participante, como condição ontológica a ser recuperada pelas pesquisas; e o compromisso com o retorno e alcance social das mesmas,” (BOURGUIGNOM, 2007, p. 53), mas, e sobretudo, a interlocução com o movimento da sociedade (SPOSATI, 2007, p. 20)

4) Os assistentes sociais e seus órgãos representativos: prática legitimação e representação

É através do exercício dos profissionais que se faz profissão. A construção da profissão faz-se não apenas pela prática direta mas pela afirmação de novas competências e graus de saber permitindo diferentes tipos de inserção profissional donde a necessidade de novos requisitos de qualificação. Mas a prática é também lugar de afirmação da identidade, enquanto identidade atribuída “fixada como identidade da profissão, abrindo amplos espaços para a produção de um percurso alienado, alienante e alienador” (MARTINELLI, 1989, p. 18) ou, assumindo novos compromissos e desafios (re)construindo a identidade enquanto dinâmica coletiva, movimento, consciência social, participação.

Os profissionais, enquanto sujeito coletivo, constituem a categoria profissional, a qual tem expressividade quer nos sujeitos e seus projetos profissionais particularizados em função da sua inserção institucional, nos docentes que viabilizam os momentos de formação, quer nos investigadores e produtores de conhecimento, como igualmente nas estruturas organizativas da categoria. Nestas condições, será possível a construção de *massa crítica* que permita o reforço do Serviço Social como área científica de intervenção e conhecimento no seio das ciências sociais.

Às estruturas associativas deve caber a legitimação e a representação, desempenhando um importante papel na relação com os profissionais, com outras profissões, com as universidades e finalmente com a sociedade e com o próprio Estado. Deverá caber às diferentes organizações associativas o zelar e garantir a qualidade da formação (a garantia de um currículo mínimo), o cabal desempenho profissional na defesa dos utilizadores, bem como pugnar por justas condições de trabalho. A denúncia coletiva de situações sociais de flagrante injustiça e a pronúncia sobre políticas em vigor ou a desenvolver, ou sobre as condições da sua aplicação constitui ainda uma urgência que deverá ser assumida como função destas organizações.

Também aqui são grandes as fragilidades, sendo que apenas após o 25 de Abril foi possível criar a Associação de Profissionais de Serviço Social, a qual, pela sua qualidade, não tem caráter vinculativo nem representativo¹¹.

É na base deste conjunto de atores que se constrói e afirma a profissão, que se constituem como o suporte de projetos profissionais, os quais:

apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus

¹¹ Refira-se, no entanto, a existência (ainda antes do 25 de Abril) de um Sindicato.

objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras organizações e instituições sociais, privadas e públicas... (NETTO, 1999, p. 95).

Por outro lado estes projetos são estruturas dinâmicas que respondem

às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, às transformações económicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão e, ainda, às mudanças na composição social da categoria. Em face disto os projetos profissionais igualmente se renovam, se modificam. (NETTO, 1999, p. 95)

Os projetos profissionais têm igualmente dimensões políticas, no seu sentido amplo e restrito; por um lado eles emergem num contexto social e político determinado, e por outro neles existe uma dimensão de subjetividade, das intencionalidades dos atores enquanto seres individuais. Ou seja são os atores que estabelecem (nem sempre numa forma totalmente consciente) e dão forma ao projeto coletivo. Neste sentido, a categoria profissional apresenta-se como um “espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes” (NETTO, 1999, p.96), na medida em que o sujeito coletivo, que constrói e dinamiza o projeto profissional constitui um “universo heterogêneo”, alimentado por diferentes perspectivas teóricas e ideológicas, valores, normas de comportamento etc.

A profissão de Serviço Social em Portugal, em termos do projeto académico, foi no seu início, rodeada de algumas estratégias que concretizavam a intenção duma profissão de base mais doutrinária e ideológica do que duma formação assente em referenciais teórico-metodológicos.

Nos momentos seguintes, a formação procurou alguns alicerces teóricos. Em Portugal como no Brasil

um primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização vai ser buscada na matriz positivista e em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. (...) Este horizonte analítico aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos (dados) que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade (YASBECK, 1999, p. 23).

Em Portugal a influência da Escola de Le Play manifesta-se ainda no tempo da monarquia, particularmente ligada aos setores católicos, mas é no Serviço Social, considerado um campo de aplicação das teorias, que ela vai ter a sua grande expressão (MARTINS, 1993).

De que forma o material em análise refletia a dimensão da subjetividade e de uma identidade *prêt-à-porter*, num jogo de cumplicidades e interações *politicamente correto*, ou, por meio dele se revelava a face inovadora inquieta e revolucionária da profissão? Traduzirá a produção alterações ao mandato inicial? Estas as questões que me acompanhavam.

2. Análise Temática das Monografias

2. 1. A construção de categorias

O universo, constituído por 463 unidades, distribui-se por intervalos temporais previamente definidos em função de décadas históricas determinantes e categorias (linhas de pesquisa) construídas através da análise do material, conforme gráficos n. 1 e n. 2.

Gráfico n. 1
Linhas de pesquisa

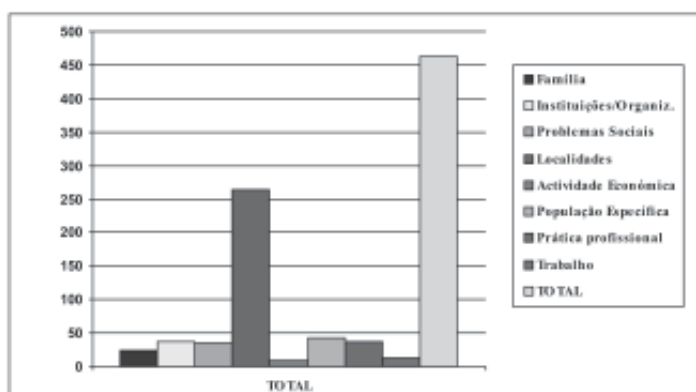
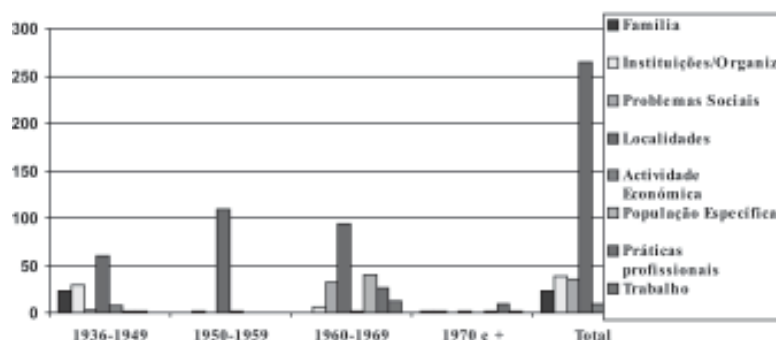


Gráfico n. 2
Linhas de pesquisa/período



2. 1. Linhas temáticas

Localidades

Os estudos deste grupo na sua maioria tomam como objeto espaços geográfico/administrativos, concelhos ou freguesias, aparecendo igualmente o Bairro como unidade de análise.

É visível a sobrevalorização desta categoria cujas **264 unidades** correspondem a 57% da totalidade da produção. Tendo expressão maioritária em todos os períodos (Gráfico n. 2), a análise da sua distribuição demonstra presença predominante no período de 1950 a 1959 com 97,3% da totalidade dos trabalhos apresentados. Nos 1º e 3º período os valores rondam os 50%. Isto significa que durante um período de 30 anos (1940-1969) os olhares vão estar absolutamente focalizados no local, percorrendo quase a totalidade do território continental com representação de alguns trabalhos incidindo sobre as Ilhas Adjacentes e (menos) sobre o território ultramarino.

São exemplos: "*Monografia de Serpa*" (1938) "*Monografia da freguesia de S. Jerónimo de Real (Braga)*" (1940), "*Monografia rural da Vila Campo Maior*" (1940) "*Monografia da freguesia de S. Vicente (Madeira)*" (1946), "*Monografia da Vila de S. Martinho do Porto*" (1949) "*Monografia de Tões (Alto Douro)*" (1950), "*Monografia social de Catembe (Moçambique)*" (1960). Os títulos referem, pontualmente, uma ou outra expressão que qualifica o meio em análise ou a indicação de uma atividade econômica, mas a centralidade é o espaço, objetivando-se desta forma com maior clareza a intenção do estudo, como no caso de: "*Monografia sobre Pêro Pinheiro e a indústria dos mármore*" (1943), "*Monografia da Encarnação – uma terra de saloios*" (1950), ou "*Monografia económico-social de Fajã da Baixo (Ilha de S. Miguel, Açores)*" (1956).

Populações específicas

Estudos sobre indivíduos/populações em condições ou com características e atributos específicos. Com **42 unidades**, **9,1%** do total a categoria aparece pela primeira vez em 1949 com o estudo "*O problema social do marinheiro*", mas é na década de 1960 com 40 unidades representando **18,9%** do total, que tem expressividade ocupando o segundo lugar nas opções de temas. São exemplo dos estudos considerados nesta categoria: "Estudo de um grupo de adolescentes (Centro Social do Beato)", "Para uma psicopedagogia da criança difícil. Estudo de um grupo de crianças do Bairro de Santa Maria." (1965), "Situação económico-social de viúvas e filhas solteiras de oficiais" (1966) ou "A colocação da criança" (1967).

Instituições/Organizações

Estudos sobre instituições serviços ou organizações. No total de **38 unidades**, a categoria representa um valor percentual de **8,2%** da totalidade dos temas. Encontra-se presente em todos os períodos no entanto apenas atinge valores de alguma importância no primeiro com **24,8%** dos temas presentes, sendo meramente residual nos restantes. Encontram-se nesta categoria estudos significativos como "O Hospital da Misericórdia em Cascais" (1938), "*Monografia das Oficinas de S. José de Lisboa*" (1943), "*Monografia da Casa Pia*" (1944), "*Monografia sobre a Mocidade Portuguesa Feminina*" (1945) "*Monografia da Cadeia das Mónicas*" (1946), "Estudo da Casa

Maternal da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa" (1962) ou "Obra das Mães pela Educação Nacional" (1970).

Prática Profissional

Estudos que têm a prática como objeto, revelando tanto aspectos metodológicos como fundamentos e valores. Por vezes, a prática referencia problemáticas ou populações determinadas, como sendo o objeto do agir.

Com apenas **37 unidades**, representando 7% da produção global, esta categoria é verdadeiramente residual se considerarmos a totalidade em análise. Relativamente à dispersão os estudos inseridos nesta categoria situam-se nas décadas de 1960 e 1970 com maior peso no ano de 1968 onde se apresentam um total de 26 monografias, situando-se a primeira monografia "A trabalhadora social e o doente canceroso em Portugal na atualidade" em 1964.

Sendo a prática profissional uma categoria com particular significado, apresentarei uma análise mais detalhada no estudo do período em que se apresenta, pelo que não darei aqui maior desenvolvimento.

Problemas Sociais

Estudos sobre um problema social ou uma problemática específica. Nesta categoria incluem-se **35 trabalhos – 7,6% do total** - situando-se todas as unidades no 1º e 3º períodos. No entanto em nenhum deles atinge valores relevantes, limitando-se a 2,9 e 15,1 respectivamente. São exemplos de estudos deste grupo no 1º período "Estudo sobre um bairro pobre de Lisboa – Bairro da Liberdade" (1942), "Alguns aspectos sociais do problema dos cegos em Portugal-Asilo-Escola A. F. Castilho" (1946), surgindo a identificação de problemas sociais mais explícitos na década de sessenta "O problema da velhice e instituições para velhos" (1964), e em 1965 "O problema da tuberculose" "O alcoolismo. Alguns aspectos médico-sociais".

Família

Inclui as **24 monografias** monografias cujo objeto é a família. Por vezes, é considerada pelos autores numa forma genérica "*Estudo de uma família*", em outras a família é localizada num espaço geográfico ou relativa a uma atividade económica. Se o peso da categoria é relativamente modesto quando considerado globalmente, **5,2%** do total dos temas, a questão apresenta-se diferente na leitura de cada período, verificando-se que a categoria família esgota-se no primeiro período, em que representa **59,1%** da produção.

Entre outras salienta-se: "Uma família portuguesa: 1851-1936" (1936), "Monografia de uma família de Lisboa" (1936), "Cascais. Monografia de uma família de peixeiros" (1938), "Monografia de uma família rural açoreana" (1938), "Monografia de uma família operária de Portimão" (1939), Vida de uma família de caseiros lavradores de Santa Eulália de Barrosas no concelho de Souzada – Entre Douro e Minho – (1939), "Monografia de uma família de operários da região de Leiria" (1939), "Monografia duma família rural da freguesia de Ponte de Sôr (1941), "Monografia de duas famílias operárias da CUF no Barreiro" (1948), "Aspectos da vida familiar nos subúrbios de Luanda" (1970).

Trabalho

Inclui tanto o processo de trabalho como as condições do mesmo. O tema é introduzido em 1964 e apresenta o total de **13 unidades**, correspondendo a **2,8% do valor global**, dos quais 12 se situam no 3º período. São exemplo “A atitude do nativo da S. Tomé perante o trabalho”(1964), “Estudo sobre o trabalho feminino no meio operário” (1964), “Relações humanas no trabalho. Inquérito aos operários de uma empresa metalúrgica de Lisboa”(1964), “Efeitos do Ruído industrial sobre o trabalhador” (1965), “Seleção de Pessoal e integração do trabalhador na empresa” (1971).

Atividade econômica

Categoria residual, **10 unidades** correspondendo a 2,2% da produção, estes estudos tomam como objeto a atividade econômica. O tema apresenta valores mais fortes no primeiro período (7 unidades). Inclui estudos do tipo “Monografia sobre a Adega regional de Colares”(1940), “Monografia da Fábrica Metalúrgica Duarte Ferreira & Filhos”(1940) “Monografia da Fábrica de papel do Prado e cidade de Tomar”(1942).

3. A Conjuntura Social, Política e Académica

3.1. Período de 1935 a 1949

A conjuntura social e política

Fruto do processo político militar do 28 de Maio de 1926 que derruba a 1ª República, o Estado Novo, enquanto regime político, existiu somente a partir de 1933. Os anos que decorrem entre o acontecimento que o determina e a sua efetivação foram caracterizados pela continuidade da instabilidade que pretendia resolver. Chegado ao poder pela via das Finanças, Salazar consolida a sua imagem e afirma publicamente o seu pensamento político tornando-se rapidamente Chefe do Governo.

O ano de 1933 é assim o início de um período de grande atividade governativa/legislativa, durante a qual se lançam as bases ideológicas e jurídicas do regime político do Estado Novo e se estabelecem as instituições que o suportam. Aprovada a Constituição da República, segue-se a aprovação do Estatuto do Trabalho Nacional “motor fundamental da dinâmica corporativa”, e o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN). Estavam deste modo garantidos os instrumentos fundamentais, que configurariam o espírito e a forma autoritária e corporativa do Estado Novo¹². A completar o quadro, organismos como a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), fundada em 1936 com o objetivo promover “o aproveitamento do tempo livre dos trabalhadores portugueses por forma assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral”,¹³ são igualmente

¹² Os discursos proferidos por Salazar durante este período clarificam as intenções e os processos por meio dos quais o Estado Novo se propunha a consolidação do regime. Eles cobrem todos os aspectos e dimensões do “edifício corporativo”, desde a orgânica política do corporativismo até a estrutura produtiva, econômica, ideológica, religiosa e repressiva do Estado Novo.

¹³ Estatutos, citados por José Carlos Valente in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.), Dicionário de História do Estado Novo, Vol. I e II, Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 376.

instituições que veiculam junto das classes mais humildes o espírito do regime e os seus valores. Estes, como verdades em que assentará a sua governação são definidos claramente por Salazar no discurso que profere em maio de 1936: “Não discutimos Deus nem a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever.” A família representa o pilar fundamental da sociedade, enaltecendo-se nela o papel da mulher como uma “coluna da família, base indispensável de uma obra de reconstrução moral” (FERRO, 1978, p. 156). A doutrinação do regime não se limita à dimensão discursiva e perpassa para dimensões mais abrangentes como o ensino. Nos livros do ensino primário leituras como “*As Lições de Salazar*” apresentam legendas “Deus, Pátria e Família: A Triologia da Educação Nacional” e com imagens alusivas, contribuem para a interiorização de um modelo de sociedade e dos princípios do Estado Novo. A família é contemplada com um título na própria Constituição de 1933, definindo-se no Art.º 12 - “O Estado assegura a constituição e defesa da família, como fonte de conservação e desenvolvimento da raça, como base primária da educação, da disciplina e harmonia social, e como fundamento da ordem política e administrativa, pela sua incorporação e representação na freguesia e no município.”

Protagonizando um Estado forte e um intervencionismo econômico e social o Estado Novo não se limita porém às questões da gestão política e econômica, ele afirma igualmente a sua

veiculação oficial ou oficiosa de uma concepção de vida e de uma moral dominante, designadamente através de uma forte orientação ideológica do ensino e de um enquadramento ideológico preciso da juventude, da família, do trabalho e da cultura no quadro da organização corporativa ou de organismos como a Mocidade Portuguesa fundada em 1936. (ROSAS, 1996, p. 199).

Neste domínio encontram-se igualmente as organizações de caráter repressivo com particular destaque para a polícia política (PIDE) e para a censura.

É grande também a atividade da Igreja Católica que nesse período se reorganiza. Um dos principais passos dá-se em 1933 com a criação da Ação Católica Portuguesa.

No contexto internacional os anos 1930 e 1940 foram décadas conturbadas, a emergência dos fascismos em países como a Itália e a Alemanha, a Guerra Civil Espanhola (1933-36), terminando mesmo com a eclosão de um grande conflito mundial. Qualquer destes acontecimentos teve repercussões internas, mas, é este último acontecimento – 2ª Guerra Mundial – que vai marcar na década de 1940 a vida nacional.

Os **problemas sociais** são, por tudo isto, muito graves neste período, e colocam-se não apenas pela situação conjuntural, mas eles são a consequência social do atraso estrutural de que o país vinha padecendo. Há por isso subjacente a todos eles, quer sejam do domínio da saúde, da educação ou do emprego, a condição de pobreza generalizada em que vivia a grande maioria da população, sobretudo a

radicada nos meios rurais do interior do país, onde o analfabetismo e o trabalho infantil alimentavam e perpetuavam a pobreza,

As elevadas taxas de analfabetismo que se têm verificado, reflexo do atraso cultural do nosso país, radicam em problemas muito vastos de âmbito económico, social e de mentalidade que se manifestavam no deficiente cumprimento da escolaridade obrigatória, em especial nas regiões rurais mais desfavorecidas onde a pobreza generalizada tornava indispensável, desde cedo, o contributo do trabalho infantil para a economia familiar". (C. P. in ROSAS E BRITO, 1996, p. 46) ¹⁴

A análise enunciada em ROSAS na verdade refere-se a uma época posterior, porém, um estudo da época efetuado em 1935 por Paul Descamps por solicitação do poder político (MATTOSO, 1994), apresenta as condições degradantes em que as famílias vivem com frequência. E não se trata dos que fazem da miséria motivo de *teatralidade explorável* de que fala Salazar (FERRO, 1978, p. 128), mas as famílias operárias portuguesas "as casas operárias são com demasiada frequência mal iluminadas; há uma simples pia no pátio, onde se despejam as águas sujas e o resto" (MATTOSO, 1994, p. 99). A prostituição e a mendicidade invadiam os centros urbanos das principais cidades como se verificou através da análise de relatórios das autoridades administrativas e policiais das principais cidades.

Apesar da Constituição de 1911 declarar expressamente o direito à assistência pública, também não se pode escamotear o fato de que no domínio da assistência a herança do Estado Novo é

um sistema de assistência social incipiente, onde a intervenção pública se ocupava prioritariamente da coordenação das instituições privadas de ajuda e beneficência, onde o ataque à mendicidade prevalecia sobre a eliminação das suas causas, onde a concepção dominante das ações era a assistência caritativa. Esta situação vai manter-se, e mesmo acentuar-se, durante os primeiros anos do Estado Novo (C. F. in ROSAS e BRITO, 1996, p. 71).

É neste sentido que se pode entender a retirada do direito explícito à assistência na Constituição de 1933.

Ao tempo, Salazar, questionado por António Ferro¹⁵ a propósito "do problema dramático da mendicidade e o problema alarmante da falta de camas nos hospitais"¹⁶, refere:

¹⁴ O analfabetismo era verdadeiramente uma chaga, de tal modo que a 1ª República havia feito do seu combate um pouco a sua bandeira. No Estado Novo, no entanto, verifica-se um retrocesso com diminuição da escolaridade obrigatória, e com a nomeação de agentes menos qualificados para as zonas rurais do interior.

¹⁵ Série de entrevistas realizadas em 1932, já na qualidade de chefe do governo.

¹⁶ A questão é colocada deste modo pelo entrevistador António Ferro.

O segundo – elucida-me o dr. Salazar – está a caminho de ser resolvido. Resta o problema da mendicância, o mais angustioso, talvez, por ser o mais teatral, porque faz pensar aos estrangeiros e até aos nacionais que atrás dessa miséria que se ostenta, que torna difícil o trânsito da cidade, há uma miséria que se esconde, mas que vai alastrando... E, no entanto, é esse um pensamento errado. Essa mendicância não é um índice de miséria porque é antes um vício, porque a maioria dos que pedem não precisam de pedir. O caso não tem portanto a gravidade que se atribui, salvo a sua teatralidade explorável, e pode ser resolvido, se houver boa vontade, castigando severamente, os falsos mendigos, devolvendo à procedência, à sua terra natal, os pobres que não são de Lisboa e metendo os restantes, os autênticos, nos asilos existentes e noutros que se improvisem para acudir urgentemente, a esse mal. Julgo ser essa a orientação do sr. Comandante da Polícia, que ao assunto já está dedicando a sua melhor atenção... (FERRO, 1978, p. 128).

É sem dúvida impressionante o plano apresentado por Salazar relativamente à pobreza. As soluções estão na base da consideração da pobreza como um vício e falsidade, preconizando-se por isso a punição dos impostores, apontando-se a urgência da devolução ao seu meio, e finalmente, nos casos de autenticidade reconhecida, os asilos. E, para que nada falhe, cabe ao sistema policial a implementação do programa.

Esta é a versão oficial, porém, a realidade é que as condições de vida se tornam insustentáveis levando mesmo ao despertar de uma forte agitação social,

sob os efeitos da falta de gêneros e da fome, dos salários insuficientes, do agravamento das condições de vida que já antes desafiavam os mínimos de subsistência, da chocante evidência das desigualdades que a guerra acentua, é o primeiro elemento viabilizador do sistema que se rompe: a contestação do movimento operário (MATTOSO, 1994, p. 353).

De fato, as greves operárias de 1942-1944 que, já com uma crescente politização, marcam a quebra de certa “paz social” vivida na década anterior¹⁷. Mas a agitação social grassa um pouco por todas as atividades. Os desempregados da agricultura iniciam (Santiago do Cacém, Aljustrel e outras zonas do Alentejo) assaltos coletivos ou, mais ordeiramente, vêm pedir aos presidentes das câmaras que lhes deem “pão e trabalho” (MATTOSO, 1994, p. 363).

¹⁷ Lideradas algumas destas ações pelo PCP (Partido Comunista de Portugal) já na clandestinidade. Porém nem todas as ações têm essa liderança já que é um período em que a oposição ao regime encontra ecos em diferentes setores da sociedade, nomeadamente na classe média e intelectual e estudantil, estes por meio das lutas acadêmicas de 1941.

Muito embora sejam as ações levadas a cabo no Alentejo, aquelas que fazem mais história, outras têm lugar na zona do minifúndio. No Norte são sobretudo os levantamentos contra as invasões maciças de propriedades particulares em busca de minérios e de gêneros alimentícios, e as frequentes ações de apreensão destes pelas autoridades.

O corte de estradas para obstar a que fosse levado o cereal das aldeias foi igualmente frequente: 'Começou a tocar a sineta da fábrica de fiação e tecidos em Campelos, no concelho de Guimarães, e o sino da igreja do local a tocar a rebate, começando novamente o povo a juntar-se aos magotes na estrada, principalmente mulheres em grandes gritos, dizendo que tinham fome e queriam pão.' Viam-se 'vários grupos de indivíduos armados de foices roçadoras, paus e machados com pinheiros atravessados nas (...) estradas fazendo parar todo e qualquer veículo que passasse pelas mesmas, talvez com o fim de verificar se transportavam cereal' (MATTOSO, 1994, p. 366)¹⁸.

Enquanto tal se passava, "Na Assembleia Nacional, lavradores e agrários proclamam que o 'desaforo tem limites' e colocam o 'momentoso problema do policiamento rural.'" (MATTOSO, 1994, p. 63), a que o governo responde com o endurecimento do regime, quer através dos mecanismos de censura quer por ação da Polícia Política (PIDE), a qual criada logo no ano de 1933 (PVDE) vê a sua importância e âmbito ser alargados a partir de 1945.

Nada porém conseguia sustentar o mal-estar da sociedade portuguesa. A oposição fortalecia-se chegando mesmo a apresentar em 1949, pela primeira, vez um candidato próprio às eleições para Presidente da República – o general Norton de Matos. E, embora sempre muito próxima do regime, alguns membros da Igreja Católica (do corpo eclesiástico e leigos) tomam posições desafetas às políticas de Salazar.

Eis o contexto que obrigou o regime e o mundo político a olhar o país real. País real que se via essencialmente como um mundo rural. Salazar compreende que é preciso mudar algo para manter o sistema. É chegada a hora de relançar a produção nacional, a industrial, mas, sobretudo, a agrícola e extrativa (pescas, minérios, cortiça, produção florestal).

Assim, no sentido do apaziguamento social, e do desenvolvimento do país são criados alguns organismos e dinamizados outros já existentes, como foi o caso do Comissariado do Desemprego – criado em 1932 junto do Ministério das Obras Públicas, por meio do qual se coordenava o desemprego. Neste âmbito se criou um fundo de desemprego para subsidiar obras públicas (caminhos de ferro e estradas), muitas delas promovidas pelas Casas do Povo e que empregava os trabalhadores

¹⁸ Nestes trechos são citados relatórios do Comando da GNR, os quais no texto original se encontram entre aspas. A fim de ser fiel à estrutura do texto optei por colocá-los entre aspas simples.

desempregados, em desemprego total ou sazonal. Igualmente, a Junta de Colonização Interna, criada em 1936, apresenta um novo dinamismo que estende a todo o país, nomeadamente no domínio florestal, intervenção que vai originar alguns conflitos nas zonas onde os baldios desempenhavam uma importante função econômica de apoio às comunidades aldeãs.¹⁹

A família é reafirmada como célula de produção e as aldeias como comunidades. O local tem um peso enorme e o seu desenvolvimento começa a ser pensado. Algumas profissões de intervenção nos meios rurais continuam a ter sentido nos programas do estado; é o caso das Educadoras Rurais.

A emergência das primeiras Escolas de Serviço Social

No entanto, a realidade social é bem diferente daquela que Salazar apresenta, e mesmo dentro dos simpatizantes do regime é evidenciada a necessidade de uma formação específica para atendimento das graves questões, sobretudo as que se articulam com a saúde. Uma dessas vozes é a da médica Branca Rulina, ligada ao movimento higienista que vinha pugnando desde a década de vinte por uma formação social, e, a nível político, a da Condessa de Rilvas, que considera não ser suficiente a boa vontade e a ação caritativa para enfrentar os problemas sociais existentes no país. Torna-se indispensável, escreverá, atuar por meio de uma “*formação técnica*” que permita transformar a simples visita social num momento no qual a profissional utiliza “*o seu método, a sua técnica*” o que afirma, se consegue já em escolas sociais existentes em países mais progressivos.

Surgem assim na linha de algumas formações já existentes (enfermeiras sanitárias e visitadoras) os primeiros cursos de Serviço Social no Instituto de Serviço Social em Lisboa em 1935 com direção da Condessa de Rilvas e orientação especializada da assistente social francesa Marie Thérèse Leveque. O curso inicia-se sob a tutela da Igreja. O Cardeal D. Manuel Cerejeira, nas palavras inaugurais do curso em Lisboa, dirá que a formação deverá permitir aos novos profissionais “*aprender a fazer bem o Bem*” realizando uma ação de verdadeiro “*apostolado social*”.

O curso de Serviço Social é regulamentado em 1939 através do Decreto-Lei nº 30 135 de 14 de Dezembro de 1939²⁰, o qual é enunciado no Diário do Governo desse dia com o objetivo de aprovar “o plano geral de estudos e programas, tudo para a formação de dirigentes idóneas e responsáveis no meio a que se destinam, ao mesmo tempo conscientes e ativas cooperadoras da Revolução Nacional”. Nesse espírito o Decreto-Lei estabelece uma profissão exclusivamente feminina “...escolas de formação social onde se habilitem raparigas, até da melhor condição...” as quais norteadas pelas “*sãs doutrinas*” deveriam exercer a sua ação “...junto das fábricas, organizações profissionais, instituições de assistência e de educação coletiva e de obras similares uma ação persistente e metódica de múltiplos objetivos – higiênicos,

¹⁹ Este tema e o contexto social e político são recuperados por Aquilino Ribeiro em *Quando os Lobos Uivam* (1958). Por causa desta obra, foi Aquilino sujeito a processo criminal acusado de ‘desacreditar as instituições vigentes’ (cf. C.C.R. in ROSAS, 1994, p. 842)

²⁰ Em 1937 inicia atividade a Escola Normal Social em Coimbra sob a orientação das franciscanas e de Constance Davon assistente de Psicologia e Higiene Mental (MARTINS, 1999, p. 286-298).

morais e intelectuais – ...” cujo objectivo se enquadra nas preocupações de “...elevação do nível de vida da gente portuguesa...”.²¹

O programa curricular, materializa este querer por meio da componente académica desenvolvida ao longo dos 3 anos em quatro eixos: 1) estudo da vida física e suas perturbações, 2) da vida mental e moral, 3) da vida social e corporativa, 4) do serviço social e do seu funcionamento –, e uma componente prática contemplando a realizar “em serviços hospitalares e similares serviços de proteção à infância, institutos e dispensários de profilaxia e higiene social, fábricas e organizações corporativas.”²¹

No domínio da assistência, ressalta a criação do Centro de Inquérito Assistencial (1941) com o objetivo de “proceder ao estudo das condições e grau de indigência ou pobreza das famílias que reclamam a assistência pública e das formas mais convenientes de esta lhes ser prestada.” (MARTINS, 1999, p. 336)

Mas a principal medida tem lugar em 1944, com a aprovação do Estatuto da Assistência Social no qual, reafirmando-se o caráter supletivo do Estado nas ações de assistência social, se explicita a orientação de que as atividades de assistência têm como destinatário preferencial a família, e se define a complementaridade da assistência face ao sistema previdenciário. Nesta sequência, em 1945 procede-se à reorganização dos serviços de assistência, com a criação do Instituto de Apoio à Família (IAF) que se torna o primeiro serviço oficialmente organizado de apoio social. O seu objetivo de “favorecer a família na sua constituição e promover a melhoria das suas condições morais, económicas e sanitárias” é concretizado através de uma estrutura centralizada. A assistência social é predominantemente realizada, após inquérito assistencial, por meio de prestações assistenciais em espécie.

A produção académica no primeiro período

É pois neste contexto político-ideológico e com base nesta formação que são produzidas as 127 unidades, que se situam maioritariamente na categoria **localidades** com 47%, a que se segue o estudo de instituições/organizações com 23% e Família com 18%.

Relativamente ao tema **localidades** ele é uma presença constante em todos os períodos. Mas do ponto de vista político, não será, porém, ainda neste período que o desenvolvimento local se torna preocupação resultando em programas oficiais, daí que os estudos desenvolvidos não apresentem essa inspiração.

No início da profissão, a introdução do tema **instituição/organização** apresenta a pertinência de um maior conhecimento da realidade onde a prática profissional tem a sua efetividade.

Toda a produção, desligando expressamente a **família** como objeto, se situa neste período, estudos em que me parece estarem presentes duas influências. A primeira nitidamente ideológico-política, advinda do poder político e da própria Igreja ambos considerando a família enquanto célula base da sociedade. O decreto-lei nº

²¹ Preâmbulo do decreto-lei nº 30135.

²² Idem.

30 135 dá-lhe grande importância como objeto do Serviço Social. A segunda, ainda que marcada por algum cariz ideológico, surge pela influência de Le Play, (é assumida pela escola de Le Play a apologia da família como propagação da raça e educação dos filhos, dela dependendo a harmonia e reorganização social), por meio de um forte contributo metodológico. Para Le Play o método de construção das monografias baseia-se na observação direta no terreno, na análise comparativa, tendo como instrumentos analíticos o orçamento familiar e as informações sobre o contexto familiar²³. De Le Play se refere explicitamente “a ligação que une as técnicas de inquérito (na ocorrência das suas monografias sobre as famílias operárias) e a intenção política e social” (AKOUN, 1977, p. 101).

Le Play atribuía às suas monografias um papel muito preciso. Via nelas o instrumento de uma análise comparativa, que permitia revelar as condições da felicidade ou da infelicidade dos povos. O conhecimento destas condições deve ser transmitido à elite do país respectivo. É a esta que cabe em seguida tomar as medidas apropriadas. (AKOUN, 1977, p. 102)

A influência de Le Play não é de estranhar no Serviço Social pois, no panorama nacional e perante o ostracismo a que o Estado vota as Ciências Sociais, esta formação tem quase o exclusivo de penetrar no pensamento social²⁴. Tal fato é reconhecido por estudiosos das ciências sociais neste período: “Será no entanto ao nível das políticas sociais que o impacto académico da ciência social mais se fará sentir em Portugal, sobretudo na organização de cursos de Serviço Social e de Enfermagem, e na doutrinação efetuada pelas Semanas Sociais Portuguesas.” (CRUZ, 1982, p. 116)

Atividade econômica e problemas sociais são categorias apenas sinalizadas neste período, com uma participação residual.

3.2. Década de cinquenta

A conjuntura social e política

Vive-se o pós-guerra com o surgimento de organizações como a ONU, OTAN e a criação da OECE (depois OCDE). O Plano Marshall está em curso na Europa. Em Portugal, verifica-se o relançamento de obras públicas e da produção industrial com vulto para o Plano de Rega da Cova da Beira e do Alentejo (barragens) e a

²³ A sua influência surge, sobretudo, por intermédio de Léon Poinard e Paul Descamps investigadores seus discípulos, que realizaram durante este período vários estudos sobre Portugal. A influência de Le Play é no entanto anterior a este período, sendo referido já nos Congressos da Democracia Cristã em 1908 “O primeiro indício de penetração académica da escola, de Le Play em Portugal encontra-se na publicação, em 1908, das lições que, a par de outras, sobre o método e as doutrinas dessa escola, proferiu Marnoco e Sousa no ano letivo de 1907-1908, precisamente no âmbito da cadeira de Economia Política...” (CRUZ, 1982, p. 106).

²⁴ Embora em França a sua influência esteja já em declínio, em Portugal ele vai influenciar os meios políticos conservadores e ligados ao catolicismo social. Salazar “lia Le Play apreciando a defesa do princípio da autoridade, da solidez da família como base da organização social, da cooperação entre operários e patrões, bem como a afirmação da importância da educação” (NOGUEIRA in BRAGA DA CRUZ, 1982, p. 108). O meio académico é abrangido sobretudo pela influência de Serras e Silva, cuja proximidade política com o Estado Novo e com o Serviço Social é conhecida.

produção energética (construção de barragens fluviais: Cávado, Douro, Tejo) e o lançamento dos Planos de Fomento Nacional (I-1953-58; II-1959-1964). A reconstrução da Europa não é ainda um grande atrativo uma vez que a emigração portuguesa tem ainda nesta década como destino prioritário o Brasil (MATTOSE, 1994, p. 421).

Continuidade e mudança são por isto conceitos que assentam bem numa década em que sob a capa de um (aparente) imobilismo a sociedade portuguesa, inicia “um dos mais profundos processos de mudança estrutural da sua história, não obstante poderosos fatores sociais e políticos de resistência que subsistiam, condicionando negativamente o ritmo e o alcance das transformações modernizadoras.” (ROSAS, 1994, p. 419)

Altera-se o tecido econômico e verifica-se uma progressiva industrialização, que começa a funcionar como pólo de atração, aglutinando junto das grandes cidades uma grande quantidade de população que abandona os campos. Este êxodo rural originou um crescimento anômalo fazendo surgir grandes dormitórios em redor das cidades o que, na ausência de acompanhamento social e urbanístico, conduziu à degradação das condições de vida dos setores mais pobres da população, precisamente daqueles que buscavam nos grandes centros melhor condição de vida. De tal fato sofreram sobretudo a grande Lisboa e o grande Porto. Mas com isto a população portuguesa começa a ver alterados os seus modos de vida.

O exemplo paradigmático encontra-se nos Planos de Fomento em que o Estado, sem que isso o leve a assumir a existência de situações de pobreza, define objetivos de “*melhoria do nível de vida da população*”, e sem mesmo definir ações específicas para obter a melhoria que diz pretender. Por outro lado as estruturas assistenciais que vigoram desde 1944 (Estatuto da Assistência Social) mantêm-se em vigor e apenas virão a sofrer alterações em 1965.

No domínio político, fator de relevo foi a candidatura do General Humberto Delgado evidenciando o mal-estar que se sentia.

No entanto, do ponto de vista social refere-se a continuidade dos problemas do período anterior, elevada mortalidade infantil, analfabetismo, e o surto de emigração neste período, preferencialmente para a América do Sul.

Institucionalização do Serviço Social

O Serviço Social vivia os anos de confirmação da profissão, cuja inserção se verifica um pouco por todo o território em valências quer ligadas a necessidades específicas, (prestação de cuidados médicos e vigilância sanitária, Assistência Nacional aos Tuberculosos, Dispensários de Higiene Social; Tutorias de Infância etc.) quer a serviços de atendimento a necessidades gerais (Centro de Inquérito Assistencial, Instituto de Assistência à Família; Serviços Médico-Sociais das Caixas de Previdência).

Do ponto de vista do ensino, este sofre nesta década a primeira (mas aparente) intenção de mudança.

O quadro legal da formação é alterado e com ele o plano curricular com o objetivo de “...conseguir uma correspondência mais perfeita às exigências da evolução social portuguesa, que, semelhantemente à de outros países, reclama se dê

cada vez maior incremento às atividades de grupo, educativas e culturais, aos movimentos de organização das comunidades e aos estudos de caráter sociológico em que essas atividades e movimentos forçosamente têm de basear-se". Trata-se do Decreto-Lei n. 40678 de 10 de Julho de 1956 e da Portaria nº 15972 de setembro do mesmo ano que são agora o quadro legal da formação em Serviço Social.

Estas mudanças parecem configurar-se como potenciais "(...) vias de ruptura com a concepção dos anos 30 (...) contributo importante na construção da identidade do Serviço Social português" (MONTEIRO, 1992, p. 120), contudo, não há uma tradução real destas intenções uma vez que o plano de estudos se limita a reforçar as disciplinas de Direito, mantendo por outro lado o peso das cadeiras ligadas à saúde/higiene.

Mas o novo quadro legal e a conjuntura geral da sociedade portuguesa abriram espaços que contribuíram para a fermentação de formas identitárias da profissão, particularmente, como refere Monteiro (1992), o distanciamento formal dos preceitos de Estado Novo na abolição da obrigatoriedade de subordinação aos princípios da formação – Humano, Corporativo e Cristão, e a equiparação ao ensino universitário – por meio de exigências similares às da universidade quanto à duração e ao processo de admissão. (MONTEIRO, 1992, p. 120)

Apesar de a ruptura ser apenas aparente, o reconhecimento teria lugar apenas na década seguinte, torna-se evidente a passagem *de uma formação de natureza filosófica, jurídica e para-médica para uma formação que consente o lugar das ciências sociais*.

É já neste contexto, bem diferenciado do inicial, que é fundado em 1956, por iniciativa do Bispo da diocese D. António Ribeiro, o Instituto de Serviço Social do Porto.

A produção acadêmica na década de 50

Nem mesmo a intenção de *incremento de atividades de grupo com atenção aos movimentos de organização das comunidades* tem visibilidade no plano, que se limita a introduzir como estudo de Serviço Social uma cadeira de técnicas da profissão (métodos de trabalho). A elaboração de uma monografia é agora explícita como *esboço de trabalho sociológico*, aumentando-se o tempo de estágio.

Assim, a influência da Escola de Le Play, continua a sentir-se na prática social em Portugal, sobretudo no estudo do social. A proximidade da doutrina de Le Play com os métodos e valores do Serviço Social, continua evidente, – "observação di-reta no terreno, na análise comparativa, utilizando como instrumento de trabalho o orçamento da família operária e as informações complementares acerca do seu meio, recolhidas junto de elementos privilegiados, as autoridades sociais" (FERREIRA, 2006, p. 135)²⁵.

Na produção, verifica-se a predominância dos estudos de localidades, representando a categoria 97% da totalidade dos trabalhos apresentados (Gráfico n. 1). Do Minho ao Algarve, com representação dos Açores e da Madeira, as

²⁵ Um maior desenvolvimento pode ser visto em FERREIRA (2006).

monografias retratam sobretudo o local micro, o bairro, aldeia, a freguesia, a vila, a cidade.

Uma tal centração no local deveria por certo ter algum justificativo exógeno, dado que as mudanças na formação por si o não justificam e, por outro lado, "O desenvolvimento regional, enquanto instrumento e objetivo de política econômica, surge de uma forma explícita nas preocupações das instituições do Estado Novo apenas nos fins da década de 1960" (M. A. B. in ROSAS e BRITO, 1996, p. 255). Centrei-me por isso nos aspectos políticos e sociais, verificando que houve efetivamente, a partir do final da década de trinta, a intenção política de valorizar o local, não tanto no sentido do desenvolvimento, mas sobretudo no sentido da preservação de costumes, valores e tradições locais. É nesse final de que é lançado, (1938) o *Concurso da Aldeia mais Portuguesa de Portugal*, iniciativa da responsabilidade de António Ferro²⁶. Pese o fato do concurso se ter realizado uma única vez em 1938, esta iniciativa marca uma diferente atenção ao local, aldeia, freguesia ou outro tipo de aglomerado mais vasto, que vai ter visibilidade nos períodos que seguem.

O local é também valorizado no cinema documentário tão em voga neste período. Por meio dele pretende-se "*realçar o constante apelo às cenas do quotidiano folclorizado das regiões como o trabalho no mar, cenas e costumes das aldeias, festas e procissões religiosas.*" (PAULO, 1994, p.120)

O desenvolvimento comunitário surgirá como estratégia de intervenção local apenas na década de sessenta.

3. O Período de 1960-1974

A conjuntura social e política

A década de sessenta apresenta-se como um verdadeiro terramoto político para o Estado Novo. A perda de Goa marcara o final da década anterior, a década inicia-se com o assalto ao pacote Santa Maria (1961) e o início da guerra colonial. Salazar e o país estavam "orgulhosamente sós". Em 1968 é o próprio chefe de Estado que, por ironia do destino, sucumbe à queda accidental da cadeira onde descansava.

Do ponto de vista da economia e da industrialização preconizada, o governo perante a inviabilidade de concretizar o II Plano de Fomento Nacional, cujos objetivos ficaram tolhidos com o início da guerra colonial, avança com o Plano Intercalar de Fomento – 1964-67, originando um novo surto de industrialização do País (Setúbal, Azambuja, Alverca, Marinha Grande etc.) e desencadeando fortes migrações internas campo-cidade.

²⁶ O objetivo do concurso é o de "interessar 'nessa obra do renascimento folclórico e etnográfico nacional, o povo das aldeias'. A trajetória estende-se em direção ao próprio objeto de 'culto', o 'povo', procurando o suporte necessário para que a proposta tenha feed-back necessário dentro e fora do país."um júri constituído para o efeito "analisa os requisitos a cumprir: habitação, mobiliário e alfaia doméstica, trajo, artes e indústrias populares, formas de comércio, meios de transporte, poesia, contos, superstições, jogos, canto, música, coreografia, teatro, festas e outras usanças, fisionomia topográfica e panorâmica." (PAULO, 1994, p.111) Neste primeiro e único concurso foi o Galo de Prata (que deveria posteriormente ser entregue à aldeia premiada em seguida) atribuído à Aldeia de Monsanto. O troféu entregue em 1939 por António Ferro ficaria definitivamente na posse de Monsanto que ficou consagrada até hoje como *A Aldeia Mais Portuguesa de Portugal*.

Com a deflagração da guerra colonial e a Europa em reconstrução esta passa a ser o destino prioritário de populações que não encontram em Portugal condições de vida satisfatórias, mas também aquela que se sente insatisfeita com o regime particularmente os jovens submetidos à obrigatoriedade do regime militar que os conduzirá à guerra colonial (MATTOSO, 1994, p. 421). Com enorme peso para a emigração clandestina, em Portugal emigra-se de todo o lado com particular incidência nos distritos do Norte e interior do país.

Como refere Mattoso “Olhar para o País na década de 60 é enfrentar um mundo completamente diferente” (1994, p. 441). Do ponto de vista social o país amadurecia para a mudança, o mal-estar que vinha sendo anunciado nas décadas anteriores toma agora formas muito reais, quer no que concerne à sociedade civil quer aos movimentos católicos, o que leva Barreto a considerar que:

A própria revolução política de 1974 e a fundação do regime democrático devem ser compreendidas no quadro das mudanças sociais mais profundas e nitidamente detectáveis desde o princípio dos anos sessenta. A emigração para a Europa, a urbanização mais acelerada, a desruralização, a abertura económica aos países ocidentais, o investimento externo e o turismo, aos quais deverão juntar-se a crescente escolarização e a introdução nos costumes, são fenómenos mais antigos do que a revolução de 1974, mas que a influenciaram, tal como moldaram a sociedade, que se encontrava já, nessa altura, em plena mudança acelerada (1997, p. 59).

A assistência e o Serviço Social

No campo da assistência social há mudanças significativas com

A criação, a partir de 1965, de novos serviços no Ministério da Saúde e Assistência e a entrada de novos quadros de direção e técnicos, com uma formação diversificada e multidisciplinar, marcam um ponto de viragem na concepção e na prática da assistência desenvolvida em Portugal. O Instituto da Assistência à Família (I.A.F.) é reformulado passando a dispor de três novos serviços: o Serviço de Promoção Social Comunitário (S.P.S.C.), o Serviço de Cooperação Familiar (S.C.F.) e o Serviço de Preparação de Pessoal (S.C.P.P.) (C. F. in ROSAS E BRITO, 1996, p. 72)

Os anos sessenta foram também para o Serviço Social português tempo de mudança, a realçar o reconhecimento do estatuto de curso superior – Despacho de 20 de Outubro de 1961 do Ministro da Educação Nacional²⁷ –, e em 1962 cria-se

²⁷ Desta forma, se tornou o primeiro curso superior particular em Portugal, porém isto não o colocou em paridade com o sistema universitário, nomeadamente no acesso a graus universitários.

em Angola (Luanda) e em Moçambique (Lourenço Marques) os Institutos de Educação e Serviço Social.

Nos anos de 1960 e 1961, um novo plano de estudos introduzia disciplinas como Economia, Sociologia e Psicologia, e o ensino de Serviço Social ganhava novas dimensões com a introdução de Métodos de Trabalho Social, do Serviço Social, Caso, Grupo e Comunidades bem como o Serviço Social (setores) Médico-social, Empresa etc., mas as alterações marcantes virão a ter lugar apenas no Plano de 1972 e 1973. Do ponto de vista organizacional, a nomeação de um diretor mais aberto ao ensino das Ciências Sociais e Humanas viria facilitar o ensino das novas áreas científicas. A Política Social, a Deontologia e o Desenvolvimento abriam novas possibilidades à formação, e na sociedade o *desenvolvimento comunitário* surgia como a possibilidade de alguma mudança. O Serviço Social vai explorar essa nova estratégia.

Deste modo o ensino de Serviço Social evoluirá, a partir dos finais da década de cinquenta, "...de uma formação de natureza filosófica, jurídica e para-médica para uma formação que consente o lugar das ciências sociais." (FERNANDES, 1985, p. 129).

A 17 de dezembro de 1964, despacho ministerial autoriza a admissão de alunos do sexo masculino, legitimando uma prática iniciada no Instituto de Serviço Social no ano letivo 1961/1962, e em 1969 os Institutos (Lisboa e Porto) passam a designar-se Institutos Superiores de Serviço Social.

Mas esta foi também a década em que se manifestaram alguns pontos de conflitualidade entre o Instituto e a Associação de Serviço Social²⁸, revelando o descontentamento face à ligação e controle da formação pela Igreja, "no sentido de levar o Estado a assumir a formação no domínio do Serviço Social, o Instituto intensificou a partir de 1964 os contatos com o Ministério da Educação em ordem à oficialização/integração do Curso no ensino universitário oficial."²⁹

A produção acadêmica nos anos 1960

A complexidade, social e política, deste período reflete-se na produção de conhecimento, daí que neste período se encontre uma grande diversidade temática. A mudança torna-se visível pela introdução de novas temáticas, particularmente o grande impacto de problemas objeto de intervenção. Muito embora o estudo de localidades tenha ainda o peso de 94 unidades, os restantes temas suplantam-no.

Os problemas relativos à **criança** e ao **jovem** surgem pela primeira vez neste período focando aspectos de educação e processo pedagógico como atraso e insucesso escolar bem como relações na família e entre a família e outras estruturas e instituições da vida social e do lazer e desenvolvimento da criança. Entre outras encontram-se os estudos intitulados: "Estudo das causas sociais condicionantes de inadaptação ou expulsão na Obra do Ardina"; "As crianças duma classe especial e o tempo livre – Instituto Aurélio Costa Ferreira"; "Estudo social duma classe especial

²⁸ Associação que detém à data o alvará da formação, em representação do Patriarcado de Lisboa.

²⁹ Informação ISSSL 1983.

– Instituto António Aurélio Costa Ferreira”; “A responsabilidade da comunidade pelo bem estar da criança” “Investigação alimentar num grupo de crianças do Bairro de Santa Maria”; “Campos de férias na Ajuda”; “Estudo de um grupo de adolescentes (Centro Social do Beato)”; “A dissolução familiar na delinquência juvenil”; “Algumas causas de insucessos escolares. Uma experiência vivida com um grupo de crianças da 4ª Classe – Casa do Ardina”; “Estudo de alguns aspectos da relação escola-família” ou ainda “Estudo de problemas de aprendizagem escolar e orientação profissional (aplicado a um grupo de pré-adolescentes do C. Ventoso)”.

A **comunidade** surge já não nos seus aspectos genéricos, mas em função de problemáticas mais específicas por vezes articulado a questões de pobreza (assumidas com alguma sutileza), e a questão do método e estratégia de desenvolvimento comunitário e as técnicas de intervenção de comunidade: “Elementos para um estudo monográfico da zona de barracas do bairro social de Stª Maria (Ulmeira-Lisboa)”, “Principais causas do baixo nível de vida económica de 157 famílias da Charneca do Lumiar”; “As técnicas de estudo duma comunidade”; “A vida comunitária na Quinta do Ourives. Estudo de uma zona de barracas de Lisboa”; “Algumas reflexões sobre a experiência de desenvolvimento comunitário da Benedita”; “A Musgueira – o surgir de uma comunidade”, “Centros sociais comunitários”; “O Centro Social, instrumento de promoção humana”; “Um exemplo de dinamização e estudo duma comunidade – Alcanena”; “Estudo para um Plano de desenvolvimento comunitário em São Tomé”.

De salientar a introdução de temas implicando estudos demográficos, questões da **velhice** e de **gênero** “Portugal e os seus movimentos demográficos” “O problema dos velhos – Freguesia da Ajuda” e “Alguns aspectos da gerontologia e geriatria” “O problema da velhice e instituições para velhos” “O problema das mães solteiras. Estudo realizado no Hospital Geral de Santo António do Porto”; “Algumas repercussões do trabalho feminino na vida familiar da mulher empregada”.

O **trabalho** é outra das novas categorias, abrangendo questões como a emigração, condições de trabalho, trabalho feminino, conciliação com a vida familiar “Estudo da emigração para o Canadá no Concelho do Fundão”; “A atitude do nativo da S. Tomé perante o trabalho”; “Estudo sobre o trabalho feminino no meio operário”; “Efeitos do Ruído industrial sobre o trabalhador”; “Relações humanas no trabalho. Inquérito aos operários de uma empresa metalúrgica de Lisboa”; “Estudo sobre a situação atual das empregadas de serviço doméstico”.

Já a **saúde** manifesta-se como um dos problemas na sociedade portuguesa, sendo a partir deste período um objeto recorrente em várias valências: “O problema da tuberculose”; “A tuberculose. Alguns aspectos médico-sociais”; “Problemas médico-sociais das doenças de pele (tinha, úlcera de perna, piodermite e erisipela)”; “O problema da debilidade mental. Sugestões para um plano de reeducação em Portugal”; “Estudo de problemas materno-infantis da área abrangida pelo dispensário de Cascais”; “Estudos sobre perturbações mentais” “O Serviço Social na Assistência Psiquiátrica”

Do ponto de vista do Serviço Social, a grande diferença desta década está não apenas na introdução de novos temas e problemáticas como numa nova abordagem que coloca já as questões no campo de um saber não apenas operativo.

Sendo a **prática profissional** uma categoria com particular significado, procedi a uma análise mais detalhada que permitiu perceber subcategorias relacionadas com diferentes áreas (predomínio saúde e empresa), organização e desenvolvimento de populações e comunidades, objetos, metodologias e técnicas de intervenção. Tal fato revela por si só uma inserção profissional em novos campos, conquistados pela competência profissional dos agentes profissionais, mas também a emergência de novas necessidades que requerem uma intervenção profissional qualificada. Mas a maior inovação é que nessa década os futuros assistentes sociais elegem a **profissão** e o seu **agir** como objeto de estudo: “A trabalhadora social e o doente canceroso em Portugal na atualidade” “O Serviço Social e a situação econômica-habitacional dos operários das C.R.G.E.”; interrogam as **funções**: “Serviço médico-social. Alguns aspectos das funções da assistente social de hospital”; “O papel do trabalhador social nas Comissões locais de desenvolvimento”; “O papel do Serviço Social na organização de uma cooperativa de consumo” e em 1967, a preocupação com a relação profissional, em “Técnicas de comunicação humana. Alguns aspectos” e “Influência e poder social. Contributo para a análise psicológica do relacionamento em Serviço Social”

E sobretudo o Serviço Social manifesta a sua forte vinculação à realidade social através das problemáticas que eleger como objeto, a criminologia, a maternidade em mães solteiras,

Notas conclusivas

Se o caráter exploratório deste estudo não permite tirar grandes conclusões, parece-me importante mapear algumas ideias que a análise presente relevou.

As monografias apresentam características que permitem identificar problemáticas distintas em função dos períodos e conjunturas em que se realizam, não sendo por isso correto pensá-las em termos de homogeneidade como um produto único.

Do ponto de vista metodológico, a influência do método da Escola Social de Le Play foi forte no Serviço Social e manifestou-se até tarde neste tipo de produção.

Indiscutível parece ser que o Serviço Social acompanhou tendências tanto temáticas quanto metodológicas que, fruto de um pensamento hegemônico se impuseram à profissão até a década de sessenta, altura em que alguns ventos da mudança percorrem a sociedade portuguesa. No entanto que não há ainda uma clara preocupação com a produção de conhecimento, “(...) a prática de análise crítica a partir de elementos teóricos consistentes, e a questionação e análise das práticas profissionais, estiveram praticamente ausentes do grande terreno profissional até à década de 70, ficando apenas reduzidas aos segmentos mais críticos da profissão.” (NEGREIROS, 1999, p.252)

Apesar disso, a década de sessenta significa a ruptura com temas e perspectivas instaladas, sendo significativa a ausência do estudo das famílias, tão ao jeito da escola de Le Play. Mantendo-se ainda maioritário o estudo de localidades, surgem ou ganham nova visibilidade (com percentagens acima dos 80% da totalidade dos estudos) as análises implicando *problemas sociais*, *populações específicas*, bem como a análise da *prática profissional* na perspectiva de uma intervenção técnica e, ainda que discretamente, a *ética* e a categoria *trabalho*.

A produção dessa década é reveladora do despontar de uma consciência coletiva em alguns dos agentes formadores, levando a considerar, pelas preocupações sobre os objetos da intervenção, que essa consciência coletiva vai despertando também no terreno da prática. Efetivamente algo mudara, apontando para que "(...) no início da década de 60 é possível assinalar movimentos de sentido diverso e contraditório na estrutura de pensamento dos Assistentes Sociais portugueses" (BRANCO et alli, 1992, p. 149). Se a análise efetuada não permite com rigor situar dimensões revolucionárias, a verdade é que no jogo da cumplicidade e interação revelou-se a face inovadora e inquieta da profissão. Surgem os primeiros sinais de não conformismo, de não alinhamento, trazendo para o debate temas polêmicos nessa sociedade que começava a entender nem tudo estar bem e que a justiça social passava por medidas que abrangessem populações marginalizadas nos seus direitos. Assim o demonstram o tratamento de temas como "Estudo sobre a situação actual das empregadas de serviço doméstico" (1967), ou a "Promoção humana" em 1968. Com efeito, o movimento designado de doutrinário perdia hegemonia (BRANCO et alli, 1992), assinalando-se um movimento de inovação, que favorecido pelo 'abrandamento' do regime, terá produzido sinais de ruptura potencial em prol de novas concepções.

O Serviço Social caminhava não apenas em direção às ciências sociais, mas mostrava pela primeira vez a sua apetência e capacidade para o estudo do social, dos problemas sociais das populações com as quais intervinha e do exercício profissional nas suas várias dimensões.

Porém, muito embora o plano de estudos de 1971 e 1972 integrasse como cadeira a *Introdução aos Métodos e Técnicas de Investigação Social*, e com ele terminasse a realização dos estudos monográficos, só o plano que em 1987 conquistaria a legitimidade da licenciatura e contemplaria a atividade investigativa como processo científico, tornando-se a investigação como uma dimensão do projeto coletivo de formação.

Disse no início que aos silenciamentos e às ausências também pode ser atribuído significado. Nesta produção, e pese embora os graves problemas sociais, analfabetismo, mortalidade infantil, baixas qualificações profissionais, que se constroem em redor da pobreza massiva e estrutural da sociedade portuguesa, a pobreza é a grande ausente nos temas tratados. Nada no entanto que possa ser imputado ao Serviço Social em particular, uma vez que a pobreza nunca foi assumida pelo Estado Novo como um problema social, e, as condições de repressão e de censura não permitiam agir e falar sobre ela livremente³⁰. O Estado Novo assumia "o pobre" (o bom e o mau pobre, o merecedor e o não merecedor), mas não a pobreza³¹. Assim

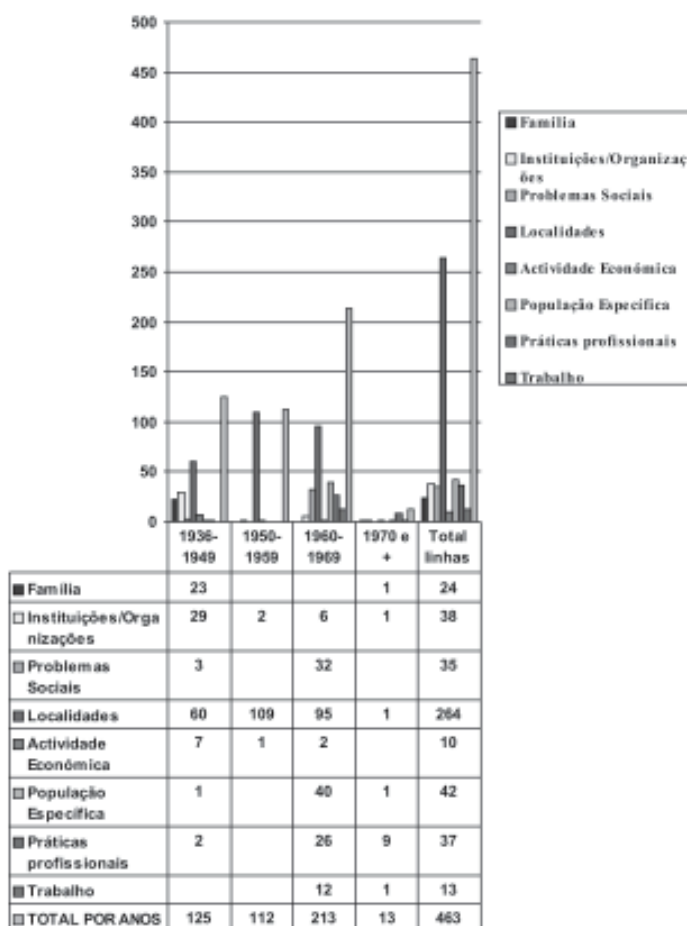
³⁰ "Raros são, no entanto, os estudos efetuados sobre as questões da pobreza ao longo do período de vigência do Estado Novo. Não pode deixar de se considerar significativo que somente para os últimos anos do Estado Novo seja possível obter estimativas do nível de pobreza existente na sociedade portuguesa, estimativas essas contidas em estudos realizados e publicados após o 25 de Abril de 1974. A ausência de um debate aprofundado deste problema pode ser explicado pelo contexto de repressão social existente, mas igualmente por alguma acomodação da sociedade, habituada desde sempre a conviver com a realidade da pobreza." (C.F. in ROSAS, 1996, p.742)

³¹ É sintomático notar que, tendo as zonas de Lisboa-Loures-Alenquer-Santarém vivido em 1967 as maiores cheias do século XX, onde várias instituições tiveram intervenção por meio de muitos profissionais de Serviço Social, não haja um estudo que contemple a questão.

o Serviço Social irá intervir sobre uma realidade oficialmente negada, sendo igualmente por isso discretas e camufladas as alusões à mesma.

Com cumplicidades visíveis, mas com interações evidentes, a produção demonstra, sobretudo a partir da década de sessenta, a efetiva vinculação do Serviço Social às múltiplas manifestações da questão social da época – saúde, condições de vida e de trabalho, relações de gênero, família e intergeracionalidade, levando-me a concluir que a profissão assumiu o *diploma*, mas reformulou o *mandato* na medida em que a abertura da sociedade portuguesa o permitiu. O Serviço Social demonstrou assim a sua capacidade de interpretar os sinais e a eles reagir. Este é ainda o desafio.

Gráfico n. 3
Monografias - linhas de pesquisa/período



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKOUN, André. A Sociologia in CHÂTELET, François (org.) *A Filosofia das Ciências Sociais, de 1860 até aos nossos dias*. Col. História da Filosofia, Ideias e Doutrinas. Lisboa: Dom Quixote, 1977.
- ANDRADE, Marília Andrade. Serviço Social, habitação e autarquias: movimentos e liames da prática e da teoria. *Intervenção Social* n. 7. Lisboa: ISSSL, 1993. pp. 35-44
- BARRETO, António. *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: ICS, 1997.
- BOURGUIGNON, Jussara. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. *Katálysis*, vol. 10, número especial. Santa Catarina: UFSC, 2007. p. 46-53.
- BRANCO, Francisco et alli. A construção do conhecimento no Serviço Social em Portugal na década de 60. Série História do Serviço Social Português, *Estudo e Pesquisas* Doc. n. 3. Lisboa: Departamento de Pós-graduação do ISSSL, 1992. Mimeo.
- CRUZ, Manuel Braga da. Para a história da Sociologia acadêmica em Portugal, Estudos em Homenagem aos Profs. Doutores M. Paulo Merêa e G. Braga da Cruz. *Boletim da Faculdade de Direito*, v. LVIII. Lisboa: Faculdade de Direito, 1982. p. 73-119.
- DESCAMPS, Paul. *Le Portugal, la vie sociale actuelle*. Paris: Firmin-Didot, 1935.
- DESCAMPS, Paul. *Histoire sociale du Portugal*. Paris : Firmin-Didot Éditeurs, 1959.
- FERNANDES, Ernesto. Evolução da Formação dos Assistentes Sociais no Instituto de Lisboa. *Intervenção social* n. 2/3., Lisboa: ISSS, 1985.
- FERREIRA, M^a Emília Freitas. *Serviço Social e construção do conhecimento: contextos, lógicas, e significados no Serviço Social português*. Tese de doutoramento. São Paulo/Lisboa: Biblioteca da PUC-SP e Mediateca da ULL, 2006.
- FERRO, Antônio. *Salazar, o homem e a sua obra*, (entrevistas de 1932, 1933 e 1938). Aveiro: Edições do Templo, 1978.
- IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.
- MARQUES, A. H. *História de Portugal contemporâneo - economia e sociedade*. Lisboa: Universidade Aberta, 1993.
- MARTINELLI, M^a Lúcia. *Serviço Social, identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 1989.
- MARTINS, Alcina. A Escola da Ciência Social de Le Play na construção do conhecimento do Serviço Social Português. *Intervenção Social* n. 7. Lisboa: ISSSL, 1993.
- _____. *Gênese, emergência e institucionalização do Serviço Social Português*. Lisboa: FCG/FCT, 1999.
- MATTOSO, José (org.). *História de Portugal, O Estado Novo (1926-1974)*, v. VII. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- MONTEIRO, Alcina. *A formação académica dos assistentes sociais numa retrospectiva crítica da institucionalização do S.S. em Portugal*. Dissertação de Mestrado. São Paulo/Porto: Biblioteca da PUC-SP e do ISSS Porto, 1992.
- NEGREIROS, M^a Augusta. Estado e profissões. *Intervenção Social* n. 8. Lisboa: ISSSL, 1993.
- _____. A construção social de uma profissão. *Estudos do Serviço Social Brasil e Portugal II*. São Paulo: EDUC, 2005.

] Serviço Social e Sociedade, Cumplicidade e Interações... - FERREIRA, M. E. F.]

- NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. *Capacitação em Serviço Social e política social*. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília: CFESS-ABEPSS-CEAD-UnB, 1999.
- NOGUEIRA, Franco. *Salazar, os tempos áureos, (1928-1936)*. Coimbra: Atlântica Editora, 1977.
- PAULO, Heloísa. Vida e Arte do Povo Português, uma visão da sociedade segundo a propaganda oficial do Estado Novo. *Revista de História das Ideias*, v. 16. Coimbra: Minerva Histórica, 1994.
- POINSARD, Léon. *Portugal ignorado*. Porto: Magalhães e Moniz, 1912.
- REZOLA, Maria Inácia. *O sindicalismo católico no Estado Novo, 1931-1948*. Lisboa: Estampa, 1999.
- RODRIGUES, Fernanda. *Assistência social e políticas sociais em Portugal*. Lisboa: ISSS/ÓPIOS, 1999.
- ROSAS, Fernando. *As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo*. Lisboa: O Jornal, 1985.
- ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (org.). *Dicionário de História do Estado Novo*, v. I e II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.
- SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. *Katálisis*, Vol 10, Número especial. Santa Catarina: UFSC, 2007, p. 15-25.
- YAZBEK, Carmelita. O processo de constituição das principais matrizes do conhecimento e da acção do Serviço Social Brasileiro. *Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade*. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília: CFESS-ABEPSS-CEAD-UnB, 1999.

Recebido em 20 de março de 2009.

Aceito para publicação em 25 de maio de 2009.